

LEI Nº _____

Art.1º- Fica aprovado para o exercício financeiro de 1969 o Orçamento do Município do Salgueiro, sendo a Receita estimada em 373.757,60 (trezentos e setenta e cinco / cruzeiros, dâco, trezentos e setenta e três mil, se- teentos e cinquenta e sete cruzeiros novos e sessen- ta centavos)

Art.2º- A receita será realizada mediante a arrecadação dos / tributos e rendas e outras contribuições ordinárias e extraordinárias, na forma da Legislação Vigente e das especificações dos anexos que integram a presente Lei e assim discriminadas pelas categorias econômicas:

RECEITAS CORRENTES:

Receita Tributária ;.....N.º	126.000,00
Receita Patrimonial	NCRS 2.100,00
Receita Industrial	NCRS 3.500,00
Receita, digo, transferencias Correntes	NCRS 21.500,00
Receitas Diversas.....	NCRS 8.900,00
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES, DICO, RECEI-	<u>162.000,00</u>

DAS DE CAPITAL

Alienação de Bens Móveis e Imóveis....	NCRS 500,00
Transferencias de Capital	NCRS 212.257,60
Outras Receitas de Capital	NCRS 1.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	NCRS <u>213.757,60</u>
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	NCRS <u>375.757,60</u>

Art.3º- A despesa será realizada com a satisfação dos Encargo do Município e com o Custeio e a Manutenção dos Ser- viços Públicos especificados nos anexos e quadros ana- líticos, integrantes desta Lei e acham-se distribuído por categorias econômicas da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES:

Despesas de Custeio	NCRS 205.922,60
Transferências Correntes	NCRS 35.335,00
Total das Despesas Correntes	NCRS <u>241.257,60</u>

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos.....	NCRS 126.000,00
Inversões Financeiras.....	NCRS

Art. 4º- Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir créditos suplementares no segundo semestre, até o limite de 20% da previsão orçamentária da Receita, obedecendo o disposto no Art. 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º- Fica também o Prefeito autorizado a realizar operações de Créditos, por antecipação da Receita com vencimentos dentro do exercício financeiro de 1969.

Art. 6º- A presente Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1969 até 31 de dezembro do / mesmo ano, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 1968.


PRESIDENTE